

OUTRA CHANCE

Prorrogado até setembro, Refis negociou R\$ 21 milhões

Câmara estendeu prazo de negociação até o dia 10 do mês seguinte

NATALIA YAHN

Após renegociar R\$ 7 milhões em um só dia – na segunda-feira (12), até então o prazo final estabelecido –, totalizando R\$ R\$ 21.715.577,43 em dívidas, a Prefeitura de Campo Grande decidiu prorrogar o prazo do Programa de Pagamento Incentivado (PPI). Com aval da Câmara Municipal, o Refis, como é mais conhecido, segue até o dia 10 de setembro.

Inicialmente, o Executivo encaminhou o projeto em regime de urgência, adiando o prazo para o dia 31 de agosto. Mas na Casa de Leis, os vereadores aprovaram uma emenda para que a prorrogação valesse durante os dez primeiros dias do mês que vem. A mudança levou em consideração as datas de pagamento dos trabalhadores e, com isso, a maior possibilidade de contribuintes interessados em negociar dívidas.

Durante o mês extra para negociação, será mantido o



PARADEIRA. Ontem (13), o movimento na central de atendimento foi menor do que no dia anterior

desconto, que chega a 90% no pagamento à vista.

O Refis terá validade assim que publicado no Diário Oficial de Campo Grande. Por isso, ao contrário do cenário de segunda-feira (12) – antes considerado o último dia oficial do programa –, com filas

que tomaram a calçada e muita espera, ontem a central de atendimento estava vazia.

INCENTIVO

A prorrogação tem por objetivo oferecer mais uma vez a oportunidade para que os contribuintes inadimplen-

tes regularizem os débitos que neles possam ser atribuídos, decorrentes de créditos tributários e não tributários constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, com a exigibilidade suspensa ou não, em razão de fatos geradores

ocorridos até 31 de dezembro de 2018.

A Prefeitura entende que o Refiz incentiva o contribuinte a retomar sua capacidade de investimentos, propiciando condições para que a Fazenda Pública Municipal possa receber créditos de difícil recuperação. Além disso, tal medida possibilita, como política eventual e excepcional, arrecadação de montante de créditos tributários significativos como receita própria aos cofres públicos.

O Refis abrange todos os tributos cobrados pelo município – Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre a Transmissão de Bens Móveis (ITBI), taxas públicas e, principalmente, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O programa oferece desconto de 90% na atualização monetária, dos juros de mora incidentes sobre o valor do crédito tributário e multa de pagamento à vista. Para o parcelamento em até seis meses, a remissão chega a 75%. Já para quem dividir os débitos em 12 vezes, o desconto será de 30%.

A Prefeitura de Campo Grande têm hoje mais de 195 mil contribuintes com algum tipo de atraso, e esta dívida chega num montante de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões em parcelas em aberto. Isso vai desde débitos ajuizados pela Procuradoria-Geral do

7

MILHÕES DE REAIS
Foi o montante negociado apenas na segunda-feira (12), que seria o último dia do Refis. Porém, o programa foi prorrogado e agora os devedores terão mais um mês para adesão.

Município (PGM) a também débitos não ajuizados.

SERVIÇO

A oportunidade de quitar dívidas em atraso junto à prefeitura também é para os contribuintes que possuem imóveis em Campo Grande e residem em outras cidades de Mato Grosso do Sul e do País.

Para quem mora fora da Capital, a prefeitura disponibiliza o telefone (67) 4042-0581, ramal 3082. O telefone é exclusivo para as pessoas quem moram em outras cidades.

A Central do IPTU fica no complexo do Paço Municipal, localizada na Rua Arthur Jorge, 500, Centro. O local funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, sem intervalo para o almoço. **(Com Eduardo Penedo)**

COMPRA DE GÁS

Quatro fornecedores são selecionados em chamada



CRESCER. Distribuidora tem 9,7 mil clientes entre comércios e casas

DANIELLA ARRUDA

A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul (MSGás) concluiu na semana passada a segunda etapa da chamada pública coordenada para aquisição de gás natural e selecionou quatro fornecedores do produto para a terceira etapa do processo, que tratará da negociação com cada um dos players selecionados. As empresas que seguirão nesta próxima etapa do chamamento público são a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), Shell (Shell Brasil Petróleo Ltda.), Total (Total Gas & Power Business Services) e YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos).

Ao todo, a segunda etapa da chamada pública para aquisição de gás natural foi realizada por cinco concessionárias que atuam nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e que são atendidas pelo Gasbol. No processo concluído na semana passada, as distribuidoras realizaram análises comparativas das propostas recebidas, considerando critérios quantitativos e qualitativos e que resultaram na definição dos

ofertantes selecionados para seguir à terceira etapa, que envolve a negociação. A etapa de negociações será realizada por cada concessionária de forma individual com os respectivos players selecionados, já que a chamada é coordenada pelas distribuidoras, mas os contratos são individuais e baseados nas necessidades de cada mercado atendido pelas companhias.

Composta pelas empresas Compagas (Companhia Paranaense de Gás), GasBrasiliano (Gas Brasileiro Distribuidora), MSGás (Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul), SCGás (Companhia de Gás de Santa Catarina) e SulGás (Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul), a chamada pública coordenada, com volume total de aquisição de aproximadamente 10 milhões de m3/dia, visa encontrar novos agentes interessados na oferta do gás natural que atendam às expectativas do mercado.

Com o início do suprimento previsto para o ano de 2020, a iniciativa foi tomada após a elaboração de estudos específicos que indicaram a oportu-

nidade de formatação conjunta de um edital e termo de referência para este fim. O processo teve início em 10 de agosto de 2018 com a publicação do edital de chamamento. Juntas, as cinco distribuidoras atendem mais de 134 mil consumidores de gás natural e têm mais de 4,4 mil quilômetros de redes de distribuição em 161 municípios.

Somente na primeira etapa da chamada pública, foram apresentadas 51 propostas de 15 empresas diferentes, entre grandes players da indústria do gás mundial, fornecedores de renováveis, produtores locais de gás de síntese, fornecedores de GNL de pequena escala e produtores locais.

MSGÁS

A distribuidora tem hoje 9,7 mil clientes em Mato Grosso do Sul, entre consumidores residenciais e comerciais. Por dia, distribui 630 mil metros cúbicos de gás natural. A MSGás fechou o ano de 2018 com aumento de 26,46% na distribuição de gás no Estado. Foram 214,218 mil metros cúbicos por dia no ano passado, contra 169,392 mil m³/dia em 2017, sem levar em consideração o consumo de termelétricas. O resultado corresponde a uma média de 6,426 milhões de m³ de gás natural distribuídos por mês.

O principal responsável por esse desempenho ainda foi a indústria. Sozinho, o setor correspondeu à demanda de 206,339 mil m³ por dia, 27,09% a mais em comparação com o mesmo período do ano passado (164,344 mil m³/dia).

ESTE MÊS

Venda da UFN3 será formalizada em agosto

DA REDAÇÃO

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, confirmou para a senadora Simone Tebet (MSDB-MS) que o processo de venda da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN3) de Três Lagoas está adiantado. Segundo ele, o protocolo de intenções com a empresa russa Acron, maior produtora de fertilizantes do mundo, será assinado até o fim do mês de agosto.

Branco participou de audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado na tarde de ontem (13) para falar da privatização de refinarias e das fábricas de fertilizantes contidas no plano de desinvestimentos da Petrobras, entre outros assuntos. Ao fim da reunião, em encontro com a presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone comentou sobre a importância da retomada da fábrica não só para Três Lagoas como para a região Centro-Oeste e o agronegócio brasileiro.

A UFN3 tornará o País autosuficiente na produção de fertilizantes. Além disso, vai gerar

milhares de empregos durante a finalização da obra. Quando a fábrica entrar em operação, a estimativa é de criação de até 10 mil empregos diretos e indiretos.

“As obras serão retomadas e haverá geração de emprego e renda para a região”, disse Simone. Enquanto prefeita de Três Lagoas, Simone cedeu o terreno para o empreendimento.

O reinício das obras está previsto para o primeiro semestre do ano que vem. A fábrica estava mais de 80% concluída quando a obra foi interrompida, em dezembro de 2014. Estima-se que as operações do empreendimento se iniciem em 2024.

A Acron produz e comercializa fertilizantes em mais de 60 países. A prorrogação dos incentivos fiscais com o governo do Estado e o acordo com a Bolívia para o fornecimento de gás estão negociados. A venda da UFN3 para o conglomerado europeu tornou-se possível após a autorização do STF, em junho deste ano. **(Com assessoria)**



NO SENADO. Simone Tebet e Castello Branco durante encontro

LEILÃO

Portos são vendidos por R\$ 148,5 milhões

AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, comemorou o resultado do leilão de três áreas nos portos de Santos e Paranaguá, realizado ontem (13) na B3 (bolsa de valores oficial do Brasil). “Superou a expectativa. Foi muito bom porque a gente viu competição em dois terminais. O de celulóse em Paranaguá a gente esperava um player único”, disse após o leilão.

O ministro destacou ainda que uma das áreas no Porto de Santos e o espaço em Paranaguá haviam ido a leilão no ano passado, mas não atraíram compradores. “Isso é uma mostra que estamos conseguindo ir na direção certa”, acrescentou.

A primeira das três áreas vendidas, que compreende armazéns para sal e fertilizantes em Santos, atraiu intensa competição entre os três consórcios que disputavam o leilão. Após uma série de vários lances em viva voz, o lote foi vendido para a Hidrovias do Brasil por R\$ 112,5 milhões. A oferta inicial da empresa era de R\$ 65 milhões, mas teve de ser ampliada para competir com as propostas das concorrentes.

Nas duas outras áreas, uma no Porto de Santos e outra em Paranaguá, a disputa foi menor. No espaço para transporte de líquidos, como produtos químicos, etanol e derivados de petróleo, a Aba Infraestrutura acabou vencendo com um lance de R\$ 35 milhões. A oferta da Aba foi a única considerada válida.